

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.302.823 - SP
(2018/0131265-7)**

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
AGRAVANTE : PEDRO LUPERCIO GONCALVES - ESPÓLIO
REPR. POR : MARIA LUCIA LEITE GONCALVES - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : GUSTAVO PIOVESAN ALVES - SP148681
ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA BRITO RODRIGUES - SP344904
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORES : MARIA LIA PINTO PORTO - SP108644
CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO - SP118936
PAULO SÉRGIO CANTIERI - SP058953
PROCURADORA : MÔNICA DE ALMEIDA MAGALHÃES SERRANO E OUTRO(S) -
SP098990

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, EM FACE DA COISA JULGADA. ALEGADA .CITAÇÃO POR EDITAL DE PESSOA NATURAL FALECIDA, NO ANTERIOR FEITO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 256 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ART. 1.025 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE, NO CASO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. **In casu**, trata-se de Embargos à Execução Fiscal em que o embargante alega a ocorrência da prescrição da pretensão de redirecionamento da execução. O Juízo de 1º Grau extinguiu o processo, sem resolução de mérito, ante a existência de coisa julgada de decisão proferida noutros Embargos à Execução Fiscal, ajuizados anteriormente. Mantida a sentença pelo Tribunal de origem, foi interposto Recurso Especial, no qual se alega ofensa ao art. 256 do CPC/2015, por nulidade de citação, no anterior feito.

III. Não tendo o acórdão hostilizado expandido juízo de valor sobre o art. 256 do CPC/2015, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento – requisito viabilizador da abertura desta instância especial –, atraindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

IV. Para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, em suas razões recursais. É necessário que a causa

Superior Tribunal de Justiça

tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

V. Na forma da jurisprudência do STJ, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017).

VI. Consoante se depreende dos autos, o acórdão recorrido não expendeu juízo de valor sobre o art. 256 do CPC/2015, invocado na petição do Recurso Especial, não se alegando, no Especial, violação ao art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual impossível aplicar-se, no caso, o art. 1.025 do CPC vigente.

VII. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora